

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à vossa apreciação em cumprimento às disposições legais e estatutárias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 da MAPFRE Capitalização S.A., elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. As referidas Demonstrações Financeiras estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores, acompanhadas do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer dos Atuariais Independentes.

Recargas líquidas de títulos de capitalização

As recargas com títulos de capitalização totalizaram em 2023 R\$ 33,8 milhões com redução de 4% ou R\$ 1,3 milhão em relação ao ano anterior. A perda de parceiros e o mercado de incentivos ainda estagnado, contribuíram para essa redução.

Despesas administrativas

As despesas administrativas em 2023 totalizaram R\$ 7,4 milhões, uma redução de 13% em relação ao ano anterior, principalmente por otimização de processos e redução de custos indiretos.

Resultado financeiro

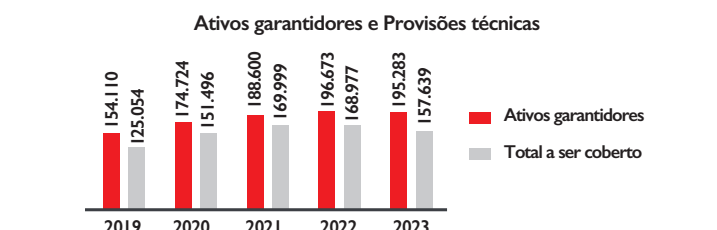
O resultado financeiro totalizou R\$ 9,5 milhões, um aumento de 2% em relação ao ano anterior, impactado principalmente pelo aumento da taxa SELIC Média (efetiva) que foi superior à do ano de 2022, refletindo positivamente nos títulos pós-fixados indexados à essa taxa.

Resultado do exercício

O resultado totalizou em 2023 um lucro de R\$ 6,3 milhões, uma redução de 1% em relação ao ano de 2022, basicamente devido à redução das receitas líquidas de títulos de capitalização.

Declaração de capacidade financeira

Em atendimento à Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores, a MAPFRE Capitalização S.A. declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 2,9 milhões e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais dos mesmos. Tem apresentado nos últimos 5 (cinco) anos liquidez para cobertura das reservas técnicas, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



Política de reinvestimento de lucros e política de distribuição de dividendos

Os acionistas da MAPFRE Capitalização S.A., em cada exercício, têm direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido. O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições de dividendos previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros - Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Sociedade, até atingir o limite do valor do capital social integralizado.

Sustentabilidade

Em 2021, a MAPFRE traçou sua Estratégia Global de Sustentabilidade, que resultou no Plano de Sustentabilidade de 2022 a 2024, que define o seu posicionamento estratégico e os seus principais projetos e iniciativas em relação às questões ASG - Ambientais, Sociais e de Governança e de negócios para os próximos anos. O Plano contempla os compromissos globais de sustentabilidade assumidos pela Companhia, com foco nos grandes desafios enfrentados atualmente pelo mundo: as mudanças climáticas, a necessidade de uma economia mais circular, a inclusão, a educação financeira e de seguros, o envelhecimento da sociedade, os negócios e demandas sociais e os desafios de um portfólio de produtos e serviços cada vez mais sustentável, em linha com as oportunidades e ameaças de um cenário socioeconômico e climático em plena transformação.

FUNDAÇÃO MAPFRE

Por meio da Fundação MAPFRE, instituição sem fins lucrativos, a MAPFRE contribui para o desenvolvimento social com a realização de iniciativas na área de Prevenção e Segurança Viária,

Promoção da Saúde, Seguro e Previdência Social, Cultura e Ação Social.

Em 2023, os programas promovidos direcionaram esforços para melhorar as condições de vida de grupos em vulnerabilidade social, contribuindo para a redução de sinistros no trânsito, melhoria do acesso à informação, à prevenção, à inovação e à pesquisa, ampliando a diversidade cultural da sociedade, beneficiando 2.280.129 (Dois milhões, duzentos e oitenta mil e cento e vinte e nove) pessoas, tanto presencialmente quanto de forma digital.

Controles internos

A atuação de Controles Internos tem como principal objetivo oferecer suporte ao negócio e às áreas operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável. Periodicamente, são realizados testes de controles internos, que visam estar em conformidade com as normas regulatórias, dar confiabilidade às práticas adotadas, e os resultados obtidos são informados às áreas e aos Comitês. Os testes referem-se: ao acompanhamento de novas regulamentações, aos atendimentos à fiscalização, à prevenção da lavagem de dinheiro e às fraudes, segurança física e lógica, plano de continuidade de negócios e atividade de mapeamento de processo.

Compliance

O GRUPO MAPFRE, com base na Lei nº 9.613/1998, de 3 de março de 1998, e alterações e, com o intuito de prevenir a utilização de produtos ou processos para o crime de lavagem de dinheiro e assegurar a conformidade com a Circular SUSEP nº 612/2020, de 18 de agosto de 2020, e alterações, possui processos implementados para identificação, monitoramento e comunicação de operações suspeitas com indícios de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e atos ilícitos. O GRUPO conta ainda com o Código de Ética, alinhado com os conceitos de Missão, Visão e Valores. Os canais de denúncia estão disponíveis aos empregados e públicos externos, mantendo-se disponíveis para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares, com reporte imediato ao Comitê de Auditoria Estatutária para acompanhamento.

Governança de dados e segurança da informação

A Administração realinha o compromisso pela disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações organizacionais e dos clientes. Diante dos desafios da era digital das informações, além do monitoramento em relação à segurança dos dados, governança e gestão da informação robusta e fortalecida têm sido um dos focos de atuação do GRUPO MAPFRE, alinhadas à nova Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018, de 14 de agosto de 2018.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos motiva a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2024.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Table with 3 columns: Ativo, Nota, 2023, 2022. Rows include Circulante, Disponível, Caixa e bancos, Equivalentes de caixa, Aplicações, Outros créditos operacionais, Créditos das operações de capitalização, Títulos e créditos a receber, Despesas antecipadas, Ativo não circulante, Realizável a longo prazo, Aplicações, Títulos e créditos a receber, Imobilizado, Intangível, Total do ativo.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

Table with 3 columns: Nota, 2023, 2022. Rows include Receita líquida com títulos de capitalização, Arrecadação com títulos de capitalização, Variação da provisão para resgate, Resultado das provisões técnicas, Resultado com sorteio, Custos de aquisição, Outras receitas e despesas operacionais, Outras receitas operacionais, Outras despesas operacionais, Despesas administrativas, Despesas com tributos, Resultado financeiro, Resultado operacional, Resultado antes dos impostos e participações, Imposto de renda, Contribuição social, Participações sobre o resultado, Lucro líquido do exercício, Quantidade de ações, Lucro líquido por ação - R\$. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Table with 5 columns: Saldo em 1º de janeiro de 2022, Capital social, Reserva legal, Reserva de investimento, Ajustes de avaliação patrimonial, Lucros acumulados, Total. Rows include Saldo em 1º de janeiro de 2022, Saldo em 31 de dezembro de 2022, Saldo em 31 de dezembro de 2023.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Table with 2 columns: 2023, 2022. Rows include Lucro líquido do exercício, Outros resultados abrangentes, Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

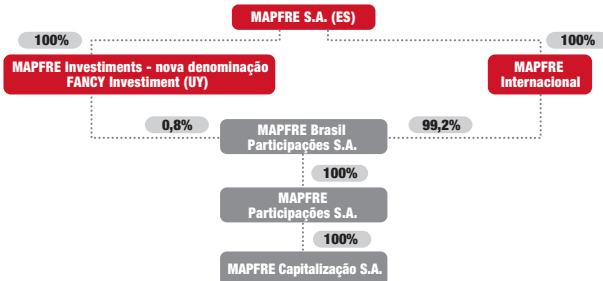
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Table with 2 columns: 2023, 2022. Rows include Atividades operacionais, Atividades de investimento, Atividades de financiamento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Capitalização S.A., doravante designada por "Companhia", é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar na modalidade de capitalização, em todo o território nacional. O endereço registrado da Companhia é Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, São Paulo - SP, CEP 04578-000 e está cadastrada no CNPJ sob o nº 09.382.998/0001-00. A Companhia é integrante do GRUPO MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, bem como participação em outras sociedades, com sede em Madrid, Espanha. O controlador direto da Companhia é a MAPFRE Participações S.A., e o controlador em última instância é a MAPFRE S.A. (ES). As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do GRUPO MAPFRE, sendo os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns absorvidos segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do GRUPO MAPFRE. Em 31 de dezembro de 2023, o GRUPO MAPFRE apresentava a seguinte estrutura:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação: Em consonância à Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações, as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2024. b) Comparabilidade: Nos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou de forma divergente os valores de Dividendos pagos, os quais foram apresentados como caixa líquido gerado das atividades gerais sendo representados como caixa líquido das atividades de financiamento. Essas reclassificações foram feitas para adequação da origem de caixa. Tais mudanças não impactaram o fluxo de caixa do exercício. c) Continuidade: A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de qualquer incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. d) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional: As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros, mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e dos ativos financeiros disponíveis para venda, mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real. e) Uso de estimativas e julgamentos: A elaboração das demonstrações financeiras é realizada de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC a partir de julgamentos, estimativas e premissas, realizadas pela Administração, as quais afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir, conforme o caso, das estimativas e premissas as quais são continuamente revistas. Com relação às estimativas contábeis estas são reconhecidas no período em que as estimativas são realizadas e em exercícios futuros. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; e ii. informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. \* Notas 3e e 12 - Provisões técnicas; \* e Notas 3f e 14 - Provisões judiciais. f) Segregação entre circulante e não circulante: A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aquelas cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base. Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento. Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes. g) Normas e interpretações ainda não adotadas: Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros e/ou algumas, serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP. CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração, incluindo, novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38. O normativo foi referendado pela SUSEP através da circular SUSEP nº 678/2022, de 10 de outubro de 2022, com vigência a partir de 2024. Circular SUSEP nº 678/2022, de 10 de outubro de 2022: Altera a Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, a qual dispõe sobre provisões técnicas, teste de adequação de passivos, ativos redutores, capitais de risco, constituição de banco de dados de perdas operacionais, planos de regularização, registro, custódia e movimentação de ativos, títulos e valores mobiliários garantidores das provisões técnicas, envio de informações periódicas, normas contábeis, auditoria contábil independente, exame de certificação e educação profissional continuada do auditor contábil independente, e sobre os pronunciamentos técnicos elaborados pelo Instituto Brasileiro de Atuarialidade (IBA), será aplicável a partir de 2 de janeiro de 2024, com exceção ao artigo 2º que está em vigor desde 2 de janeiro de 2023. Conforme avaliação realizada pela Companhia, a nova circular afetará apenas os critérios de constituição da Provisão de Receitas Diferidas - PRD, novo modelo que compreende o diferimento de receitas dos títulos de capitalização gerada pela quota de carregamento dos planos. A quota de carregamento do título é um percentual do pagamento destinado aos custos de despesas com coretagem, colocação e administração do Título de Capitalização, emissão, divulgação e lucro da sociedade de capitalização. Considerando os valores observados quanto a alteração da Provisão Despesas Administrativas - PDA para PRD, estima-se um impacto negativo de aproximadamente 9% do patrimônio líquido, seguindo critérios, metodologias e premissas discriminadas em estudo técnico. Com relação a reclassificação contábil dos Títulos e Valores Mobiliários da categoria "mantidos até o vencimento" para "disponíveis para venda", estima-se um impacto positivo de aproximadamente 2,1% do patrimônio líquido. Na avaliação do teste de impairment realizado nos Títulos e Valores Mobiliários da MAPFRE Capitalização, estima-se um impacto negativo de aproximadamente 0,3% do patrimônio líquido.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. Informação de políticas contábeis materiais: A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade, que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A Administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na nota de Políticas contábeis materiais (2022). Principais políticas contábeis: a) Aplicações e instrumentos financeiros: A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento do reconhecimento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: i. Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 (noventa) dias com risco insignificante de mudança de valor justo e que não estejam vinculadas como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. ii. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado, caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. São classificados nessa categoria os ativos financeiros, cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do período. iii. Ativos financeiros disponíveis para venda: Compreendem os ativos financeiros não classificados em alguma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo sendo que as mudanças que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido (líquidos dos efeitos tributários). Quando um investimento é contabilmente "baixado", o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício correspondente. iv. Ativos financeiros mantidos até o vencimento: São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. v. Determinação do valor justo: Os valores justos têm sido apurados com o propósito de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas na nota 5c. vi. Recebíveis: Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em mercado ativo e são contabilizados pelo custo amortizado deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. b) Redução ao valor recuperável: i. Ativos financeiros: Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indicar que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado com contrapartida em conta redutora do ativo correspondente. Quando há reversão subsequente da perda de valor esta é registrada no resultado. A perda de valor ("redução ao valor recuperável") nos ativos financeiros disponíveis para venda é reconhecida pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. O valor dessa reclassificação é dado pela diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, deduzido do valor da perda de valor recuperável, previamente reconhecida no resultado. Por sua vez, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda, para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. ii. Ativos não financeiros: Os valores dos ativos não financeiros são revisados, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do exercício se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. c) Imobilizado: O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos utilizados na condução dos negócios da Companhia, demonstrado pelo custo histórico. O custo do ativo imobilizado é reduzido pela depreciação acumulada, até a data de cada fechamento, e por perdas de redução de valor recuperável acumuladas, conforme o caso. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos para a aquisição dos itens capitalizáveis para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa nº 7. d) Intangível: Compreende os gastos com projetos relacionados ao desenvolvimento de sistemas, quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerada a viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de softwares são reconhecidas no resultado no período quando incorridas. A amortização do ativo intangível é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa nº 8. e) Provisões técnicas: As provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, foram elaboradas em todos os aspectos de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuarialidade - IBA e de acordo com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. A Provisão Matemática para Capitalização - PMC é constituída para cada título em vigor ou suspenso e considera a parcela dos valores arrecadados para capitalização, sendo ajustada mensalmente pelo indexador e taxas de juros definidas no respectivo plano até o resgate ou cancelamento do título em conformidade com a nota técnica atuarial do plano.

Taxas e carregamento dos principais títulos

Table with 4 columns: Processo Susep, Tipo, % Carregamento, Taxa % a.a. Rows include 15414.901962/2019-10 (Prêmio Único 7,46), 15414.901957/2019-07 (Prêmio Único 7,18), 15414.902004/2019-58 (Prêmio Único 5,79), 15414.901384/2018-22 (Prêmio Único 16,46), 15414.901388/2018-19 (Prêmio Único 2,00), 15414.606403/2021-13 (Prêmio Único 9,92).

A Provisão para Resgate - PR é constituída para cada título vencido e antecipado, cujo saldo é atualizado pelo indexador do correspondente plano de capitalização pela taxa de remuneração da caderneta de poupança - TR, desde a data do respectivo evento até a data do efetivo pagamento do valor de resgate. A Provisão para Sorteios a Realizar - PSR é constituída para fazer face aos prêmios provenientes de sorteios futuros e seu saldo representa o valor presente dos sorteios já custeados e ainda não realizados. Seu valor é calculado pela multiplicação da cota de sorteio e valor do pagamento. A Provisão para Sorteios a Pagar - PSP é constituída pelos valores dos títulos contemplados em sorteio e ainda não pagos. Os valores são atualizados monetariamente desde a data do sorteio até a data efetiva do pagamento. A Provisão Complementar de Sorteios - PCS é constituída para complementar a Provisão de Sorteios a Realizar e utilizada para cobrir eventuais insuficiências relacionadas ao valor esperado dos Sorteios a Realizar. A provisão representa a diferença positiva entre o valor esperado dos sorteios a realizar e o valor da Provisão para Sorteios a Realizar - PSR. A Provisão para Distribuição de Bônus - PDB é constituída para a cobertura dos valores relativos ao pagamento de bônus previstos em contrato, calculada para cada título (cujo plano estabelece a

distribuição de bônus) que estiver em vigor ou suspenso, de acordo com os critérios previstos em nota técnica atuarial, observadas as regulamentações específicas vigentes. A Provisão de Despesa Administrativa - PDA é constituída para cada título que estiver em vigor, durante o prazo de vigência do título, para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas dos planos de capitalização. O valor é definido com base na variável de despesa de manutenção do título e das despesas e receitas da Companhia sobre a cota de despesa administrativa do título. f) Provisões, passivos e ativos contingentes: Uma provisão é reconhecida com base em evento passado e se a mesma pode ser estimada de forma confiável, bem como, seja provável que haja recurso econômico exigido para liquidar a obrigação. As contingências judiciais passivas são avaliadas individualmente pela área jurídica da Companhia e seus assessores, com relação às probabilidades de perda em função da natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade processual e material e a jurisprudência dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for considerada provável e saída de recursos para a liquidação das ações judiciais e quando tais montantes foram mensuráveis com segurança, conforme os critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Passivos contingentes são divulgados, mas não provisionados, caso seja possível a obrigação futura de eventos passados ou se existir obrigação presente de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos judiciais, o que caracteriza a certeza do ganho. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. g) Benefícios aos empregados: i. Obrigações de curto prazo: As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa na medida em que o serviço é prestado. Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos empregados e administradores e reconhecidos ao resultado à medida que são incorridos. ii. Obrigações com aposentadorias: A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL administrado pela MAPFRE Previdência S.A.. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante, mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Companhia, sendo os recursos investidos em um fundo de investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados, considerado o salário-base de contribuição do participante e a Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado com despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. iii. Outros benefícios pós-emprego: Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 30 (trinta) a 90 (noventa) dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa calculados e provisionados. h) Operações de capitalização: A receita com títulos de capitalização de pagamento único é reconhecida quando da emissão dos respectivos títulos. O reconhecimento das despesas de provisão matemática, provisão de sorteio e demais custos necessários à comercialização dos títulos acompanha a forma da contabilização da receita. i) Custo de aquisição: É composto substancialmente por valores referentes às comissões e angariações relativas à comercialização de títulos de capitalização, sendo a apropriação ao resultado na data de emissão (início de vigência) e renovação dos títulos. j) Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras (incluindo as aplicações classificadas como disponíveis para venda), ganhos na alienação e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida ao resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem a atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e perdas por redução ao valor recuperável (impairment), reconhecidas nos ativos financeiros são reconhecidos no resultado. k) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido: O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre a base tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido compreende os tributos correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O tributo corrente corresponde aos valores a pagar sobre a base tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores. O tributo diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do tributo corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O tributo diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecido no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização desse ativo. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados, caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes se forem relacionados com o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido lançadas pela mesma autoridade tributária para a mesma entidade sujeita à tributação. l) Participações nos lucros: A Companhia registra, mensalmente, a participação nos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrido alguma mudança significativa na política de remuneração. O valor é atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustado posteriormente para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.







\* continuação

## MAPFRE Capitalização S.A. - CNPJ 09.382.998/0001-00

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)

### 13. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2023	2022
Provisões técnicas	157.639	168.977
<b>Total a ser coberto</b>	<b>157.639</b>	<b>168.977</b>
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	75.711	89.656
Ativos financeiros disponíveis para venda	116.005	103.358
Ativos mantidos até o vencimento	3.567	3.659
<b>Ativos garantidores (*)</b>	<b>195.283</b>	<b>196.673</b>
<b>Ativos livres</b>	<b>37.644</b>	<b>27.696</b>

(\*) Conforme Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, art. 84, § 2º, e alterações, para efeito de cobertura de provisões técnicas, os ativos financeiros serão considerados pelo seu valor justo.

### 14. PROVISÕES JUDICIAIS

#### a) Composição

Natureza	Provisões judiciais	
	2023	2022
Cíveis	408	409
<b>Total</b>	<b>408</b>	<b>409</b>

#### b) Composição das ações judiciais de natureza fiscais e cíveis por probabilidade de perda

	2023			2022		
	Quantidade	Valor do risco	Valor da provisão	Quantidade	Valor do risco	Valor da provisão
<b>Cíveis</b>	<b>18</b>	<b>594</b>	<b>408</b>	<b>22</b>	<b>622</b>	<b>409</b>
Provável	10	408	408	9	409	409
Possível	8	186	-	13	213	-
<b>Fiscais</b>	<b>1</b>	<b>1.235</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>907</b>	<b>-</b>
Provável	1	1.235	-	1	907	-
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>1.829</b>	<b>408</b>	<b>23</b>	<b>1.529</b>	<b>409</b>

**Cíveis** - valores em risco decorrentes de processos judiciais excluídos os que não estejam relacionados às condições gerais dos produtos comercializados, incluindo danos morais (quando não relacionados à operação de capitalização). **Fiscais** - a Companhia possui discussão judicial tributária e, amparada por seus assessores jurídicos classifica a probabilidade de perda desta ação em "provável", "possível" e "remota", para fins de provisionamento contábil. Os valores em risco são atualizados mensalmente, de acordo com a taxa SELIC, e para a data-base de 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui registro contábil de contingência uma vez que não houve avaliação de "provável" para as suas ações judiciais. **PIS/COFINS** - a Companhia discute judicialmente a base de cálculo de PIS/COFINS, com base na Lei nº 12.973/2014, de 13 de maio de 2014, com o entendimento de que a incidência de referidos tributos se dá apenas sobre quotas de carregamento de títulos de capitalização. Aguarda julgamento de Recursos Especial e Extraordinário. A probabilidade de perda classificada como possível, no montante de R\$ 1.235 (R\$ 907 em 31 de dezembro de 2022).

#### c) Movimentação

	2023	Cíveis 2022
Saldo inicial	409	396
Constituições/Reversões	18	23
Pagamentos	(77)	(73)
Atualização monetária	58	63
<b>Saldo final</b>	<b>408</b>	<b>409</b>

### 15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**a) Capital social:** O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 15.000 (R\$ 15.000 em 31 de dezembro de 2022) e está representado por 13.846.989 ações ordinárias, sem valor nominal (13.846.989 ações em 31 de dezembro de 2022). **b) Reserva legal:** Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social. **c) Reserva de investimentos:** Conforme previsto no Estatuto Social, a parcela remanescente do lucro anual, não destinada à constituição da reserva legal, e a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio serão transferidas à conta de reserva de investimentos. **d) Ajustes de avaliação patrimonial:** Compreende o ajuste a valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda. **e) Dividendos:** De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. Os dividendos mínimos foram calculados como se segue:

	2023	Cíveis 2022
Lucro líquido do exercício	6.264	(313)
Constituição da reserva legal (5%)	313	5.351
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>6.577</b>	<b>5.038</b>
Dividendos mínimos obrigatórios	1.487	-
<b>Total dos dividendos distribuídos</b>	<b>1.487</b>	<b>-</b>
<b>Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício</b>	<b>25%</b>	<b>-</b>

Quantidade de ações: 13.846.989  
Dividendos distribuídos por ação: 0,11

### 16. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

	2023	2022
<b>a) Arrecadação com títulos de capitalização</b>	<b>172.448</b>	<b>189.862</b>
Incentivo	57.463	60.324
Tradicional	119.666	137.050
Cancelamentos de títulos de capitalização	(4.681)	(7.512)
<b>b) Variação das provisões para resgate</b>	<b>(138.636)</b>	<b>(154.735)</b>
Constituição de provisão matemática	(143.089)	(161.464)
Cancelamentos de provisão matemática	4.453	6.729

	2023	(14)	85	(14)
<b>c) Variação das provisões técnicas</b>	<b>85</b>	<b>(14)</b>	<b>85</b>	<b>(14)</b>
Provisão administrativa	78	(23)	78	(23)
Provisão para distribuição de bônus	(1)	(4)	(1)	(4)
Provisão complementar de sorteios	8	13	8	13
<b>d) Resultado com sorteio</b>	<b>(16.370)</b>	<b>(17.290)</b>	<b>(16.370)</b>	<b>(17.290)</b>
Variação da provisão de sorteios a realizar	32	(59)	32	(59)
Variação da provisão de sorteios a pagar	(16.402)	(17.231)	(16.402)	(17.231)
<b>e) Custos de aquisição</b>	<b>(4.980)</b>	<b>(5.144)</b>	<b>(4.980)</b>	<b>(5.144)</b>
Comissões	(4.595)	(4.882)	(4.595)	(4.882)
Outros custos	(385)	(262)	(385)	(262)
<b>f) Outras receitas e despesas operacionais</b>	<b>(68)</b>	<b>(98)</b>	<b>(68)</b>	<b>(98)</b>
Outras receitas operacionais	15	44	15	44
Outras despesas operacionais	(83)	(142)	(83)	(142)
<b>g) Despesas administrativas</b>	<b>(7.371)</b>	<b>(8.441)</b>	<b>(7.371)</b>	<b>(8.441)</b>
Pessoal próprio	(1.445)	(3.328)	(1.445)	(3.328)
Serviços de terceiros	(1.818)	(1.735)	(1.818)	(1.735)
Localização e funcionamento	(593)	(442)	(593)	(442)
Depreciações e amortizações	(266)	(258)	(266)	(258)
Publicidade e publicações	(129)	(137)	(129)	(137)
Outras despesas administrativas	(3.120)	(2.541)	(3.120)	(2.541)
<b>h) Despesas com tributos</b>	<b>(2.196)</b>	<b>(1.206)</b>	<b>(2.196)</b>	<b>(1.206)</b>
COFINS	(697)	(709)	(697)	(709)
PIS	(113)	(115)	(113)	(115)
Taxa de fiscalização	(334)	(334)	(334)	(334)
Outros	(1.052)	(1.735)	(1.052)	(1.735)
<b>i) Resultado financeiro</b>	<b>9.467</b>	<b>9.252</b>	<b>9.467</b>	<b>9.252</b>
<b>Receitas financeiras</b>	<b>20.516</b>	<b>20.703</b>	<b>20.516</b>	<b>20.703</b>
Juros sobre os ativos financeiros destinados a valor justo por meio do resultado	10.281	11.702	10.281	11.702
Juros sobre os ativos financeiros disponíveis para venda	10.099	9.730	10.099	9.730
Juros sobre os ativos financeiros mantidos até o vencimento	44	(821)	44	(821)
Outras receitas financeiras eventuais	92	92	92	92
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(11.049)</b>	<b>(11.451)</b>	<b>(11.049)</b>	<b>(11.451)</b>
Despesas financeiras com provisões técnicas	(10.766)	(11.219)	(10.766)	(11.219)
Atualização monetária sobre provisões judiciais	(58)	(63)	(58)	(63)
Outras despesas financeiras	(225)	(169)	(225)	(169)

### 17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

#### a) Despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

	2023	2022
<b>Imposto social sobre o lucro líquido</b>	<b>10.138</b>	<b>10.138</b>
<b>Contribuição social sobre o lucro líquido</b>	<b>10.138</b>	<b>10.461</b>
<b>Imposto social sobre o lucro líquido</b>	<b>10.138</b>	<b>10.461</b>

	2023	(1,521)	(2,591)	(1,619)
<b>Lucro antes dos impostos e após participações</b>	<b>10.138</b>	<b>10.138</b>	<b>10.461</b>	<b>10.461</b>
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido às alíquotas vigentes	(2.511)	(1.521)	(2.591)	(1.619)
Diferenças temporárias	(400)	(240)	(434)	(278)
Diferenças permanentes	(69)	(41)	(72)	(45)
Deduções incentivadas	268	-	191	-
<b>Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido correntes</b>	<b>(2.712)</b>	<b>(1.802)</b>	<b>(2.906)</b>	<b>(1.942)</b>
Constituição/(reversão) créditos tributários	400	240	434	278
Efeito do aumento da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido	-	-	-	(17)
Outros ajustes	-	-	1	(5)
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido</b>	<b>(2.312)</b>	<b>(1.562)</b>	<b>(2.471)</b>	<b>(1.686)</b>
Alíquota efetiva (%)	23%	15%	24%	16%

#### b) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos e tributos a recuperar

	2022	Constituições	Reversões	2023
<b>Ativo</b>	<b>2022</b>	<b>Constituições</b>	<b>Reversões</b>	<b>2023</b>
Tributos a compensar	1.393	516	(1.476)	433
Tributos retidos na fonte	2.049	-	(7)	2.042
<b>Total ativo circulante</b>	<b>3.442</b>	<b>516</b>	<b>(1.483)</b>	<b>2.475</b>
<b>Ativo e passivo</b>				
Diferenças temporárias:				
Ajustes de títulos a valor justo TVM	2.411	-	(1.862)	549
Contingências cíveis	164	21	(22)	163
Provisão para participação nos lucros	747	641	-	1.388
<b>Total ativo e passivo não circulante</b>	<b>3.322</b>	<b>662</b>	<b>(1.884)</b>	<b>2.100</b>

	2021	Constituições	Reversões	2022
<b>Ativo</b>	<b>2021</b>	<b>Constituições</b>	<b>Reversões</b>	<b>2022</b>
Tributos a compensar	1.499	205	(311)	1.393
Tributos retidos na fonte	2.197	2.062	(2.210)	2.049
<b>Total ativo circulante</b>	<b>3.696</b>	<b>2.267</b>	<b>(2.521)</b>	<b>3.442</b>
<b>Ativo e passivo</b>				
Diferenças temporárias:				
Ajustes de títulos a valor justo TVM	1.712	4.002	(3.303)	2.411
Contingências cíveis	156	48	(62)	164
Provisão para participação nos lucros	58	1.380	(491)	747
<b>Total ativo e passivo não circulante</b>	<b>1.928</b>	<b>5.430</b>	<b>(4.036)</b>	<b>3.322</b>

### 18. PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Companhia proporciona diretamente aos seus colaboradores um plano de previdência complementar, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas no exercício totalizaram R\$ 212 (R\$ 194 em 31 de dezembro de 2022).

### 19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração define como partes relacionadas à Companhia empresas que compõem o GRUPO MAPFRE, o Conglomerado Banco do Brasil S.A., seus Administradores, Conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Por meio dos procedimentos de captura de tais transações apresentamos os movimentos relacionados.

Apresentamos as principais operações com partes relacionadas:

	Ativo	Pas-sivo	Re-celta	2023			Pas-sivo	Re-celta	Des-pesa
				Ativo	Des-pesa	Des-pesa			
Brasilseg Companhia de Seguros (2)	ligada	-	2	6	(4)	-	-	-	
MAC Investimentos S.A. (1)	ligada	3	-	29	-	3	-	17	
MAPFRE	Empresa								
Assistência Ltda. (1)	ligada	41	32	547	(141)	17	6	171	
MAPFRE Brasil	Acionista								
Participações S.A. (1)	indireta	-	21	-	(130)	-	24	37	
MAPFRE	Empresa								
Investimentos Ltda. (1)	ligada	14	38	137	(93)	11	-	59	
MAPFRE Investimentos e Participações (1)	Empresa								
MAPFRE	ligada								
Participações S.A. (3)	Acionista								
MAPFRE	ligada	-	1.487	-	-	-	1.498	-	
MAPFRE	Empresa								
Previdência S.A. (1)	ligada	-	44	-	(717)	9	-	95	
MAPFRE	Empresa								
MAPFRE Saúde Ltda. (1)	ligada	-	-	-	-	-	5	-	
MAPFRE	Empresa								
Seguros Gerais S.A. (1)/(2)	ligada	3.278	13.385	71.657	(23.200)	3.063	13.645	58.904	
MAPFRE Tech (4)	ligada	-	14	-	-	-	-	-	
MAPFRE Vida S.A. (1)/(2)	ligada	297	290	8.050	(3.263)	157	599	7.952	
PROTENEG Corretora de Seguros Ltda. (1)	ligada	5	-	45	(3)	3	-	22	
Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda. (1)	ligada	2	15	313	80.471	(27.554)	3.268	15.776	
<b>Total</b>									

1) Refere-se ao rateio de despesas administrativas e comerciais compartilhadas que é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada Empresa, sobre o total de despesas incorridas por elas sob o comando da MAPFRE Participações S.A., no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing e g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na convenção do GRUPO MAPFRE. 2) Refere-se à venda de títulos de capitalização que são oferecidos em incentivo na venda de seguros. 3) Refere-se à distribuição de dividendos. 4) Refere-se a sistemas de tecnologia. **a) Remuneração do pessoal-chave da Administração:** É estabelecida anualmente, por meio da Assembleia Geral Ordinária a remuneração, os benefícios, os bônus e a participação nos lucros da Administração. Os montantes são pagos pelas empresas MAPFRE Seguros Gerais S.A., MAPFRE Brasil Participações S.A., MAPFRE Investimentos Ltda. e MS Participações Ltda. empresas do GRUPO MAPFRE.

	2023	2022
Honorários	17.724	16.439
Benefícios	6.522	9.488
Bônus e participação nos lucros	10.434	6.939
<b>Total</b>	<b>34.680</b>	<b>32.866</b>

A Companhia não tem como política pagar a empregados e Administradores remuneração baseada em ações.

### 20. OUTRAS INFORMAÇÕES

**a) Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria está instituído na empresa MAPFRE Participações S.A., nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP nº 432/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações, tendo alcance sobre a Companhia. **b) Honorários de auditores independentes:** Os honorários dos auditores independentes praticados são divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas da MAPFRE S.A. (ES).

### DIRETORIA

<b>FELIPE COSTA DA SILVEIRA NASCIMENTO</b> ANTONIO CLEMENTE CAMPANÁRIO	<b>DENIA DE MOURA</b> FRANCISCO ENGENHO LABOURT	<b>HUGO SÉRGIO DE ASSIS JÚNIOR</b> IVAN PARASKEVOPOULOS SILVA	<b>ORLANDO ELIECER IBARRA CAMPO</b> RAPHAEL BAUER DE LIMA	<b>ROBERTO JÚNIOR DE ANTONI</b> SIMONE PEREIRA NEGRÃO
---	--	--	--	--

### CONTADORA

<b>TÁLITA DE FIUME</b> - CRC 1SP 333939/O-0	<b>ATUÁRIA</b>	<b>VERA LUCIA FERNANDES LOPES</b> - MIBA 817
---	----------------	--

### RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

O Comitê de Auditoria da MAPFRE Participações S.A., é um órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, atuando de forma permanente e independente, com a finalidade precípua de revisar, previamente à sua divulgação, o conjunto das demonstrações financeiras e avaliar a efetividade do sistema de controles internos e das auditorias externa e interna.